

# **Teoria Geral das Invalidades do Negócio Jurídico**

NULIDADE E ANULABILIDADE NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

2017

Eduardo Nunes de Souza

**TEORIA GERAL DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO**  
**NULIDADE E ANULABILIDADE NO DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO**

© ALMEDINA, 2017

AUTOR: Eduardo Nunes de Souza

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA.

ISBN: 978-858-49-3245-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Souza, Eduardo Nunes de  
Teoria geral das invalidades do negócio : nulidade  
e anulabilidade no direito civil contemporâneo /  
Eduardo Nunes de Souza. – São Paulo : Almedina, 2017.  
Bibliografia

ISBN: 978-85-8493-245-0

1. Direito civil 2. Negócios jurídicos  
3. Nulidades (Direito) I. Título.

17-08103

CDU-347.1

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Invalidades do negócio jurídico: Direito civil 347.1

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegida por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. PERFIL FUNCIONAL DAS INVALIDADES NEGOCIAIS: UMA QUESTÃO DE EFICÁCIA	35
1.1. Principais mecanismos de controle valorativo da autonomia privada e sua relação com as invalidades negociais	41
1.1.1. A evolução do conceito de legalidade e os controles de ilicitude, abusividade e merecimento de tutela em sentido estrito	43
1.1.2. A noção de invalidade e sua relação com o controle valorativo dos atos de autonomia privada	51
1.2. Categorias de atos jurídicos e seus respectivos graus de controle valorativo	78
1.2.1. Atos-fatos jurídicos	81
1.2.2. Atos jurídicos em sentido estrito	90
1.2.3. Negócios jurídicos	95
1.2.4. Graus de controle valorativo dos atos de autonomia privada	101
1.3. Uma questão de eficácia: por uma visão mais ampla dos efeitos negociais	108
1.3.1. Em que consistem os efeitos negociais: as situações jurídicas subjetivas	109
1.3.1.1. Direito subjetivo e as demais situações jurídicas: dificuldades conceituais	114
1.3.1.2. Situações jurídicas subjetivas de potestade: direito potestativo e poder jurídico	122

1.3.1.3. Situações jurídicas subjetivas instrumentais: ônus jurídico e expectativa de direito	132
1.3.2. Em que consiste a eficácia negocial: as múltiplas acepções do termo	145
1.3.2.1. O tradicional plano da eficácia e as modalidades do negócio jurídico	147
1.3.2.2. Crítica à noção tradicional e proposta conceitual de eficácia em sentido estrito	156
<b>2. PERFIL ESTRUTURAL DAS INVALIDADES NEGOCIAIS: CRÍTICA AOS TRADICIONAIS PLANOS DE ANÁLISE E SUA RECONDUÇÃO À EFICÁCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO</b>	<b>171</b>
2.1. A chamada inexistência do negócio jurídico e sua realocação no plano da validade	175
2.2. A doutrina tradicional das invalidades do negócio jurídico e suas críticas	194
2.2.1. Distinção entre nulidade e anulabilidade quanto às suas causas	195
2.2.2. Distinção entre nulidade e anulabilidade quanto ao convalidamento pelo decurso do tempo	205
2.2.3. Distinção entre nulidade e anulabilidade quanto à possibilidade de confirmação e de suprimento judicial do vício	225
2.2.4. Distinção entre nulidade e anulabilidade quanto à legitimidade para alegação do vício	233
2.2.5. Distinção entre nulidade e anulabilidade quanto à suposta operatividade de pleno direito	241
2.3. Novamente, uma questão de eficácia: recondução dos planos de análise do negócio jurídico à valoração dos efeitos negociais	249
2.4. Proposta de método	274
<b>3. A DINÂMICA DAS INVALIDADES NEGOCIAIS: ALGUNS VALORES RELEVANTES PARA A MODULAÇÃO JUDICIAL DE EFEITOS DO NEGÓCIO INVÁLIDO</b>	<b>287</b>
3.1. Preservação da autonomia negocial (ou conservação do negócio jurídico)	295
3.2. Vedação ao benefício da própria torpeza (ou proteção da boa-fé subjetiva)	313

3.3. Tutela da confiança (ou proteção da boa-fé objetiva)	324
3.4. Vedação ao enriquecimento sem causa	343
3.5. Tutela de pessoas vulneráveis	355
3.6. Garantia da segurança jurídica	368
PROPOSIÇÕES CONCLUSIVAS	381
REFERÊNCIAS	391